

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMUEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O mistério da fé lulopetista



Lula acha que basta recheiar seu discurso com expressões religiosas para se aproximar dos evangélicos, o que mostra a ignorância do PT a respeito dos anseios desse segmento da população

O presidente Lula da Silva parece achar que encontrou a luz que fará o governo retomar o caminho da popularidade perdida. Como o demiurgo e seus *spin doctors* estão convictos de que a desaprovação crescente ao seu mandato vem do afastamento da população evangélica, ele resolveu se transfigurar em crente. Foi o que se viu na constrangedora missa de quermesse que Lula oficiou num palanque de Arcoverde, em Pernambuco, quando usou inacreditáveis 27 vezes as palavras “Deus” e “milagre”, atingindo

a surpreendente marca de uma referência religiosa por minuto em seu discurso. O presidente definiu como um “milagre de fé” a obra que levará águas do Rio São Francisco para o agreste pernambucano, exaltou a “crença” dos brasileiros tanto para obras oficiais quanto para a sua própria chegada à Presidência, criticou o uso do nome de Deus em vão pelos adversários e, ora vejam, afirmou ter sido escolhido pelo “homem lá de cima” para solucionar o problema da escassez de água no Nordeste.

Eis o mistério da fé lulopetista: desce que os institutos de pesquisa radio-

grafaram a distância que hoje separa o governo dos evangélicos, conselheiros governistas invariavelmente apontam caminhos para que Lula tente se aproximar desse segmento. Nos últimos dias, soube-se que a nova campanha do governo adotará o slogan “Fé no Brasil”. A ideia, dizem porta-vozes, é difundir os feitos do governo e fazer um “aceito” ao eleitorado evangélico. Não se discute aqui a religiosidade presidencial nem a criatividade dos seus publicitários, mas o artificialismo de recém-convertido e a estratégia escolhida para a tal “aproximação com os evangélicos” demonstram que nada entenderam do problema – muito menos das soluções. Pelo que se viu em Pernambuco, Lula e seus apóstolos só reafirmam desconhecimento e preconceito.

Um erro habitual de muitos não evangélicos, especialmente da esquerda lulopetista, é enxergar o segmento como uma só coisa e, sobretudo, como uma outra gente. É como se se tratasse de outro País, apartado e monolítico, uma espécie de “Evangelistão”. Ocorre que não há outro Brasil, à parte do Brasil oficial, tampouco ninguém é apenas evangélico, assim como não é apenas católico nem apenas mãe, pai ou trabalhador. Pensar o inverso é tão enganoso quanto tomar a parte pelo todo: atribuem-se ao segmento evangélico os males do fundamentalismo bolsonarista e do radicalismo de pastores que se misturam à política. Convém lembrar a animada fala da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, ao tratar da atuação de pastores “mentirosos” que “vão para o inferno” porque se aproveitam da “boa-fé” e da falta de instrução dos

fiéis. Foi quase uma peça antipetista pronta. Ela e a companheirada não percebem que nem todo evangélico segue a cartilha do extremismo.

O presidente dificilmente moverá montanhas entre evangélicos tentando credenciar-se como uma espécie de profeta. Sem dúvida há uma dissonância de valores entre a esquerda e uma boa parcela dos evangélicos, tradicionalmente mais conservadores em matéria de família, segurança e expectativas de futuro. Mas a dissonância maior tem muito mais a ver com a visão de mundo e de liberdade.

Há pesquisas com moradores de periferias e também entre evangélicos que apontam uma prevalência de valores liberais, com foco no empreendedorismo, nas conquistas individuais e na ascensão pelo trabalho. Há, por oposição, também forte rejeição a um Estado glútil e intrometido – exatamente o ideal de Estado para os petistas. Como constatou em 2017 uma pesquisa feita pelo próprio PT, por meio da Fundação Perseu Abramo, na periferia de São Paulo, em meio à brutal crise econômica gerada pela incúria lulopetista, “no imaginário da população não há luta de classes; o ‘inimigo’ é, em grande medida, o próprio Estado ineficaz e incompetente”.

É difícil acreditar que será a *Bíblia* a salvar o governo da desaprovação popular. Não há milagre: os evangélicos, a exemplo de tantos outros setores da sociedade, querem facilidade para empreender, escolas eficientes para seus filhos, bom uso dos impostos e segurança para a família. Deus não tem nada com isso. ●

O dilema da Margem Equatorial

Cabe ao governo assumir o ônus da decisão política de explorar petróleo na Margem Equatorial. A Guiana descobriu petróleo, cresceu 64% em 2022 e continua com emissão líquida zero de carbono

O petróleo retirado do pré-sal, que já corresponde a mais de 80% da produção nacional, levou o produto a rivalizar com a soja e o minério de ferro na liderança na pauta de exportações brasileira e contribuiu de forma decisiva para o recorde de US\$ 98,8 bilhões no superávit da balança no ano passado. A tendência é que a produção continue crescendo até 2030, como mostrou reportagem do *Estadão*, mas, a partir daí, deve começar a cair. Os sinais de declínio das reservas já estão sendo percebidos, como é natural na atividade.

A força exportadora do petróleo, aliada à diversificação do mercado de destino devido às mudanças geopolíticas, torna ainda mais premente uma solução para o dilema em torno da ava-

liação do potencial das reservas da Margem Equatorial, a nova e promissora fronteira exploratória da costa brasileira, que se estende por cinco bacias petrolíferas, do Amapá ao Rio Grande do Norte. Desde que a autorização para perfuração num bloco na Bacia da Foz do Amazonas foi negada pelo Ibama, em maio do ano passado, em meio a grande polêmica no governo, o assunto foi engavetado.

Comunicado recente da Petrobras deve recolocá-lo em pauta e mostra que experimentos científicos derrubam a principal alegação do Ibama para proibir a licença ambiental – o risco de um eventual vazamento na operação exploratória derivar para a costa do Amapá, distante 175 quilômetros, e poluir a Região Amazônica. Nos últimos meses, foram lançados na Mar-

gem Equatorial mais 428 equipamentos para medir o comportamento das correntes marítimas, conhecidos como derivadores, sendo 84 deles na Bacia da Foz do Amazonas. A conclusão foi de que a corrente marítima na região segue em sentido oposto à costa.

Estrategicamente, a Petrobras tomou o cuidado de ressaltar que os estudos não são da empresa, mas da “comunidade científica”, o que engloba profissionais das universidades dos Estados do Norte e Nordeste por onde se estende a Margem Equatorial, além de Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia e Serviço Geológico do Brasil. O resultado será publicado em revista científica especializada e vai reforçar a defesa da exploração na região.

Já passa da hora de o assunto ser revisitado, com a definitiva opção do governo sobre explorar ou não a Bacia da Foz do Amazonas. Em novembro do ano passado, o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, comprometeu-se a concluir a avaliação dos recursos apresentados pela Petrobras “no início de 2024”. Mas, obviamente, esta será uma decisão mais política do que técnica e o governo tem de assumir esse ônus.

Um exemplo desse tipo de opção foi dado recentemente pelo presidente da Guiana, Mohamed Irfaan Ali, ao ser entrevistado no programa *Hardtalk*, da rede britânica BBC. No meio da conver-

sa, Irfaan Ali interrompeu de formavelemente o entrevistador Stephen Sackur, que contestava a exploração de petróleo e gás que, segundo o próprio jornalista inglês, renderia em torno de US\$ 150 bilhões pelas próximas duas décadas, num momento em que se discutem os efeitos da atividade no clima. A surpreendente e enfática resposta do presidente viralizou na internet.

“Mantivemos nossa floresta viva e ela equivale à Inglaterra e Escócia juntas. Armazena 19,5 gigatoneladas de carbono para que você e o mundo todo possam tirar proveito sem pagar nada por isso”, disse Irfaan Ali, acrescentando que, mesmo com a exploração de petróleo seu país não deixará a posição de emissor líquido zero de carbono, devido à preservação da Floresta Amazônica. Ex-colônia inglesa, a Guiana foi o primeiro país a descobrir petróleo na Margem Equatorial, em 2015, e o início da produção fez o país, até então um dos mais pobres do continente, registrar o segundo maior PIB per capita da região.

De uma só tacada, a descoberta no mar da Guiana deu ao país reservas estimadas em 11 bilhões de barris de petróleo. Em 2022, último dado disponível, a economia do país cresceu inacreditáveis 64%. A Guiana assumiu o ônus de uma posição política. O Brasil não pode ficar indefinidamente em cima do muro. ●